

Questão Discursiva 03923

Juarez Freitas (In: O Controle dos atos administrativos e os princípios fundamentais, 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2013, p. 437 e ss.), destaca, entre os elementos nucleares do instituto da desapropriação, que se trata de procedimento regido pelo Direito Constitucional-Administrativo, o qual culmina no sacrifício total de direito patrimonial, por justa causa, nas hipóteses de necessidade ou utilidade pública, ou interesse social, por intermédio de indenização que haverá de ser prévia e justa, efetuado o pagamento em dinheiro, com as ressalvas constitucionais expressas em pagamento em títulos.

À luz da Constituição Federal e do Decreto-lei n. 3.365/41, responda, de forma fundamentada, as seguintes perguntas:

- a) Pendente de pagamento de precatório, a sentença transitada em julgado pode ser levada ao registro de imóveis?
- b) Se o Poder Público efetua a desapropriação indenizando, equivocadamente, quem não seja o seu legítimo proprietário, invalida-se o procedimento expropriatório?
- c) Pode a Constituição Estadual ser emendada para incluir dispositivo exigindo a aprovação legislativa prévia para declaração de utilidade pública e promoção de toda e qualquer desapropriação em âmbito estadual?
- d) Pode ser delegada ao DEINFRA (autarquia estadual) mediante lei estadual, a competência para declarar utilidade pública de bem e para promover as respectivas desapropriações relacionadas ao sistema de infraestrutura do Estado de Santa Catarina?